

JOÃO CÉU E SILVA

1975
O ANO DO FURACÃO
REVOLUCIONÁRIO



O cartaz do artista João Abel Manta tornou-se um dos ícones da Revolução do 25 de Abril.

Os dias antes

1975 foi um ano estranho na História de Portugal. Um ano em que os militares, mais por interesses corporativos do que por consciência, derrubaram um regime ditatorial com quase cinco décadas e decidiram prolongar o processo revolucionário após o deslumbramento pelo poder que a sociedade civil não tomou nas mãos a tempo.

Que Portugal queria exactamente o Movimento das Forças Armadas é uma questão que o PREC impossibilitou definir, desviando a rota de um pronunciamento militar que permitiu a expressão de vontades diametralmente opostas por parte de militares, políticos e cidadãos. A deriva político-militar do PREC interrompeu a expressão mais romântica do 25 de Abril de 1974, onde couberam gestos como o da mulher que entrega o molho de cravos aos soldados, criando o ícone da Revolução, ou poemas como os de Sophia de Mello Breyner Andresen, sobre o fim da «noite e do silêncio» ditatorial naquela madrugada libertadora.

Será o Povo o aliado que os vários MFA tentam seduzir durante todo o ano do Processo Revolucionário em Curso, na tentativa de retomada do poder que lhe pertencia após um esclarecedor primeiro acto eleitoral, contrariando assim o rumo que orientava a vanguarda militar, a 8 de Abril desse ano, expressa nas palavras suspeitas do primeiro-ministro Vasco Gonçalves: «Não podemos perder por via eleitoral aquilo que tanto tem custado a ganhar ao povo português».

As primeiras eleições em liberdade, a 25 de Abril de 1975, provam que nem um regime comunista nem um Poder Popular tinham

cabimento no país e que os projectos de facções militares e de partidos de extrema-esquerda eram contrários ao regime democrático que a grande maioria do povo português exigia, após a Primavera de Caetano e a mão de ferro de Salazar. Derrotada nas urnas a via socializante imposta, que deste conceito pouco continha, 1975 vai revelar um cenário em que o argumento dos brandos costumes cai por terra. Dificilmente se encontra um outro período na História de Portugal no qual o combate ideológico tenha saído à rua com tanta violência, e em que a estrutura do Estado se tenha visto destruída com decisões populistas por parte de organizações políticas que iam desde a extrema-direita à extrema-esquerda, vítima da imaturidade política e da manipulação dos futuros partidos do arco do poder – PCP, PS, PPD e CDS –, e em que as Forças Armadas tivessem vivido um estado de fragmentação tão intenso.

Este livro não pretende fazer uma análise histórica do ano mais polémico de que os portugueses se recordam, comumente designado por «ano de brasa», tal a temperatura a que chegaram os eventos e os ânimos daqueles que o viveram. O seu objectivo é fixar o curso diário dos acontecimentos provocados pelo furacão revolucionário que acompanhou a chegada da liberdade ao canto mais ocidental da Europa, com base numa reprodução metódica dos factos e das declarações públicas que os jornais da altura imprimiram para sempre, e nos testemunhos contemporâneos recolhidos para conferir uma nova reinterpretação do passado.

Há de tudo nesse Portugal: boas intenções militares e políticas que não conduzirão a parte alguma; negação violenta da expressão popular; extrema ingenuidade e parcialidade na comunicação social; partidos que incluíam o socialismo e o marxismo em programas pelo simples facto de ser moda; terrorismo à direita e roubo de armas dos quartéis à esquerda; comícios empolgados para galvanizar tanto as massas progressistas como as reacçãoárias; lutas fratricidas entre portugueses; o fim descontrolado de um império colonial... E há perguntas a que nunca ninguém quis responder: como podiam os militares – que despejaram napalm sobre as populações do Ultramar – liderar uma descolonização, pretenderem erguer um país regido pelo Poder Popular em plena Europa, ou arvorarem-se em patronos da liberdade, após terem dado cobertura a um regime de opressão durante a maior parte

do século xx? E há também as muitas surpresas de um processo revolucionário como, por exemplo, o facto de Spínola ter escolhido para primeiro-ministro Vasco Gonçalves, em detrimento de Melo Antunes.

1975 vai chegar sob a batuta do III Governo Provisório, chefiado pelo general e «camarada Vasco», tendo como presidente da República um outro general, Costa Gomes, surgido após a demissão do velho general António de Spínola, a quem os capitães, sem saberem o que fazer com o poder que lhes caíra nos braços tão facilmente – e corajosamente – tinham confiado a liderança do país. O Processo Revolucionário em Curso – o famoso PREC – situa-se temporalmente entre o golpe militar de 25 de Abril de 1974 e a aprovação da Constituição Portuguesa, em 1976. Pelo meio, fica este ano de 1975, o do Verão Quente, e de inúmeras aventuras pouco democráticas apenas sustidas em 25 de Novembro.

Enfim, é essa sucessão de acontecimentos que marcaram 1975 que este trabalho pretende registar, numa espécie de diário de bordo da Revolução, observando os factos através da leitura da imprensa da época e confrontando a interpretação a quente desses meses com a visão que hoje se tem deles, quase quatro décadas volvidas. Para tal, vários depoimentos de protagonistas e personagens dessa época serão cotejados com análises recentes de investigadores, após o assentar do pó sobre a emotividade de um ano que alteraria radicalmente a vida de milhões de portugueses.

Curiosamente, é fácil efectuarmos um paralelismo com outros tempos igualmente conturbados da vida nacional. Afinal, não estão os portugueses a viver um outro período semelhante? À excepção da deriva militar, também a segunda década do século XXI contém muitos dos ingredientes que tanto assustaram em 1975 os parceiros europeus e a administração norte-americana, e que caracterizaram um processo em curso de desestruturação da identidade nacional criada pelas chamadas «Conquistas de Abril». Situação que poderia levar-nos a afirmar que o ano 1975 só acabou em 2011. Mas isso é outro livro...